

Após tarifaço, governo acelera reação e adia uso da Lei da Reciprocidade

Sobretaxas dos EUA entraram em vigor quarta. Para combater, foi reforçado pacote de R\$ 21 bilhões

PAULO PINTO/AGÊNCIA BRASIL

Por **Beatriz Matos**

Com a tarifa adicional de 25% dos Estados Unidos (EUA) em vigor desde esta quarta-feira (22), o governo federal intensificou as medidas para proteger os setores atingidos. Segundo estimativa do Executivo, a sobretaxa pode provocar uma redução de US\$ 7,4 bilhões nas exportações brasileiras para o mercado norte-americano.

Diante desse cenário, o Planalto estruturou uma estratégia para reduzir os efeitos da medida sobre a economia e preservar a competitividade das empresas brasileiras. A resposta do governo foi concentrada em duas frentes: ampliar o apoio financeiro aos setores afetados e intensificar a abertura de novos mercados para as exportações brasileiras.

A estratégia foi desenhada ao longo de uma semana de reuniões entre integrantes do governo e representantes de dezenas de setores produtivos. Exportadores, industriais e empresários levaram ao Executivo um diagnóstico comum: mais do que uma reação imediata aos Estados Unidos, a prioridade era criar condições para preservar empregos, garantir fluxo de caixa e evitar perdas de competitividade enquanto as negociações diplomáticas seguem em curso.

BRASIL SOBERANO

Foi nesse cenário que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) sancionou a lei que consolida o Plano Brasil Soberano e, ao mesmo tempo, anunciou uma terceira etapa do programa, com R\$ 18,5 bilhões em novas linhas de financiamento. A iniciativa amplia o alcance do crédito criado no ano passado justamente para enfrentar os efeitos das mudanças no comércio internacional e das restrições impostas a produtos brasileiros. O pacote representa uma das principais apostas econômicas do governo para enfrentar o novo cenário externo.

Ao defender as medidas, o ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Márcio Elias Rosa, afirmou que a prioridade do governo continua

sendo negociar uma saída para a crise comercial, sem abandonar instrumentos de proteção caso sejam necessários. Segundo ele, a orientação do presidente Lula permanece concentrada no diálogo com autoridades americanas e no apoio ao setor produtivo.

“Vamos continuar dialogando com o setor privado e ajudando na interlocução com as autoridades norte-americanas. A determinação do presidente é negociar, negociar, negociar”, afirmou o ministro durante a cerimônia de sanção do programa.

CRÉDITO

Batizada de Brasil Soberano III, a nova etapa do programa amplia tanto o volume de crédito quanto o grupo de empresas que poderá recorrer às linhas especiais. Na versão enviada ao Congresso, ainda em 2025, a medida estava concentrada nos exportadores industriais e nas empresas ligadas a essas cadeias. Durante a tramitação, porém, os parlamentares incluíram outros segmentos atingidos pelo endurecimento do comércio internacional.

Com a sanção presidencial, exportadores ligados à agricultura, pecuária, florestas plantadas, pesca, aquicultura e mineração também

passam a ter acesso às linhas especiais de financiamento, assim como cooperativas e associações desses setores. Outra mudança permite que recursos destinados originalmente à inovação tecnológica sejam utilizados para adequar produtos e processos às exigências sanitárias, ambientais, de rastreabilidade e de conformidade exigidas pelos mercados internacionais.

Além da ampliação do público atendido, o gover-

no também anunciou uma nova fase do programa, com R\$ 18,5 bilhões adicionais em financiamentos. Desse total, R\$ 13,5 bilhões virão do Tesouro Nacional e R\$ 5 bilhões serão aportados pelo BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social).

ESTRATÉGIA

Enquanto reforça as linhas de crédito, o governo mantém a negociação como principal aposta para redu-

zir os efeitos do tarifaço. A Lei da Reciprocidade segue como um instrumento disponível, mas o Executivo afirma que sua aplicação dependerá do andamento das conversas com os Estados Unidos e dos impactos que uma eventual resposta poderia gerar para a própria economia brasileira. O vice-presidente Geraldo Alckmin criou uma imagem para definir a cautela: “Olho por olho acaba todo mundo cego”.

A mesma cautela foi defendida pelo setor produtivo. Nas reuniões realizadas com o governo nos últimos dias, representantes de diferentes segmentos pediram que o Brasil priorize a negociação e evite, por ora, medidas de retaliação. A avaliação é que uma resposta imediata pode elevar custos para empresas nacionais, especialmente aquelas que dependem de insumos importados, e comprometer ainda mais a competitividade da indústria.

Em entrevista à Rádio Bandeirantes, o ministro Márcio Elias Rosa afirmou que a legislação não deve ser interpretada como uma medida de retaliação automática. Segundo ele, o objetivo é preservar os interesses do país sem ampliar os prejuízos para empresas e consumidores brasileiros.



Alckmin sobre aplicação da reciprocidade: “Olho por olho deixa todo mundo cego”



TOMAZ SILVA/AGÊNCIA BRASIL

Márcio Elias Rosa: “Reciprocidade não é vingança”